

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

Ata nº. 010/2013

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e treze, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Porto Alegre, sito Travessa Francisco Leonardo Truda, nº 40, 14º andar – Centro de Porto Alegre, sob coordenação do Presidente André Luis da Silva Seixas, e na presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL/ATENDIMENTO DIRETO**: André Luis da Silva Seixas – **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso**; Adroaldo Venturini Barboza – **Associação de Moradores Jardim Ipiranga**; Fabrízia S. Demo – **Casa do Menino Jesus de Praga**; Carolina Aguirre – **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIM**; Joel Lovato – **Instituto Leonardo Murialdo – ILEM**; Dalva Franco – **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSPD**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL/ATENDIMENTO INDIRETO**: Eliete Cristina Dornelles Barreira – **Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul – ACM**; Alcema Oliveira Moreira – **Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul – ACEBERGS**; Rosana Fernandes Nunes – **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE**; Lea Boss Duarte e Mirian Raquel Buiz Mion Figueiró – **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS**; Marcos Jaboski – **Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio**; Jorge Roberto do Santos – **Rede de Integração e Cidadania – RINACI**; e Mara Verlaine Oliveira do Canto – **União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Fernanda Costa Pinto – **Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMGL**; Márcia Regina Germany Dornelles – **Secretaria Municipal da Educação – SMED**; Cristiano Atelier Roratto – **Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC**; Rogério Portanova Leal e Otília Maria Henz Abreu – **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; e Márcia Cristina Bernardes Silveira – **Secretaria Municipal dos Direitos Humanos – SMDH**. **DEMAIS PRESENTES**: Luiz Henrique – **Assessoria Técnica do CMDCA/FUNCRIANÇA**; Dr. Afonso Konzen – **FMP**. **PAUTA: 1 – Resolução nº 55**. Após assinatura da lista de presenças o Sr. Presidente deu início aos trabalhos (*Quorum às 14h45min*). **ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA**: Pessoal, vamos lá. Pode começar. **SRA. CAROLINA AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC**: Eu baixei a resolução em vigor. A ideia é colocar de acordo com o que fizemos. Estado resolução em vigor tem 5 ou 6 folhas de considerandos. A proposta do Dr. Konzen é estarmos, ou abreviando, ou retirando. Então, pensamos em retirar todas as considerações, que é o que fala do embasamento de toda resolução, porque o CMDCA resolve e começa o que quiser falar, com todos os respaldos legais. Então, a 55 em vigor está muito abrangente e misturado, por exemplo, t inscrição e registro de programa juntos. A ideia do grupo foi separar e colocar que maneira de registro, para que instituições, para que área esse registro. Então, aqui, o outro, é o que nós estamos trabalhando. Por exemplo, no primeiro capítulo diz para que é a resolução, para que serve e quais regimes em que o Conselho estria fazendo o registro que inscrição de programa. Colocamos também o que se entende por regime de atendimento, entidade e programa de atendimento, também por unidade básica de atendimento. Todos os conceitos foram tirados das leis, da 12.010 e 594, eu contra que foi, né... Não sei se nós vamos lendo ou uma apresentação geral? São 10 páginas! Só quero lembrar que tudo está em construção. Tudo bem. Vamos fazer a leitura, qualquer dúvida vocês anotem. (Leitura da minuta da Resolução nº 55). Algo que foi muito

49 discutido, não, debatido, nós entendemos que a Educação Infantil tem a fazer parte, é do
50 CME, mas a Educação Infantil fez parte do CMDCA. Então, nós entendemos que para
51 colocar Educação Infantil dentro dos regimes, por exemplo, no Regime de Orientação e
52 Apoio Sociofamiliar, entraria perfeitamente a Educação Infantil, porque nada mais é do
53 que um apoio familiar às instituições de Educação Infantil. Então, coube ali. Outra
54 questão, por exemplo, o SASE, que seria Serviço de Atendimento Socioeducativo em
55 meio aberto que era o antigo nome, não seria colocado dentro desse regime
56 Socioeducativo em Meio Aberto. Entende-se que em meio aberto são adolescentes que
57 estão cumprindo medidas em meio aberto e no SASE não estão cumprindo medida. Este
58 nós enquadrámos dentro do sociofamiliar. E nesse Regime de Orientação e Apoio
59 Sociofamiliar entraria Educação Infantil, SASE, Trabalho Educativo, SARA (Que tem que
60 rever) e Aprendizagem. Depois nós entraríamos como que a instituição vai fazer a sua
61 inscrição. Aqui nós estamos ainda construindo bastante de ver qual a melhor maneira. Na
62 verdade, qual o primeiro passo, o segundo passo, como certificar se a entidade é idônea.
63 Aqui nós estaríamos descrevendo os atendimentos. **SR. JOEL LOVATO - Instituto**
64 **Leonardo Murialdo – ILEM:** Na semana passada eu perguntei sobre a questão da
65 saúde, não a importância, mas o fato em si. Por exemplo, aquela de recuperação de
66 pulmões, que de repente consegue regenerar e vai para crianças. Essa questão voltada
67 para criança se encaixa em qual? Em qualquer um? Eu quero ver claramente como que
68 as coisas ficam. Educação Infantil tudo, mas nessa questão de transplante é foco da
69 saúde e passa aqui. A gente pode abrir um precedente gigantesco. **SR. ROGÉRIO**
70 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Eu vejo o seguinte: a
71 legislação mudou, creche não é mais creche, é Escola de Educação Infantil, ela está
72 vinculada ao sistema educacional, tem que estar registrada na educação. Então, vamos
73 estar assumindo uma responsabilidade que não é nossa. Educação é educação. A
74 questão da saúde é a mesma coisa, ela tem que passar pelo Conselho da Saúde. Não
75 vamos retirar, mas essas entidades estariam credenciadas no Fórum de Entidades e a
76 partir daí a gente deixaria a possibilidade delas usufruírem do Fundo, a título
77 complementar das atividades que prática hoje. O Conselho não vai estar responsável
78 pelo registro da entidade. É isso. **SRA. CAROLINA AGUIRRE – Centro de Atendimento**
79 **Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:** Falta concluir. Aqui nós colocamos alguns
80 documentos, alguns comprobatórios, como a questão de idoneidade, estatuto, registro,
81 inscrição. **SR. JORGE ROBERTO DO SANTOS – Rede de Integração e Cidadania –**
82 **RINACI:** Uma coisa que hoje não se pede mais é a certidão de bons antecedentes. **SRA.**
83 **CAROLINA AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:**
84 Tem alguns critérios que colocamos para o atestado de funcionamento, tipo, relatório
85 descritivo em relação ao impacto social. Isto já foi mudado mais de dez vezes. Se vocês
86 compararem essa versão da 55 em vigor, está totalmente diferente. Algumas coisas
87 ficaram melhores, outras nem tanto. Agora que a gente vai conseguir ir avançando. **DR.**
88 **AFONSO KONZEN:** Boa tarde a todos. Eu recebi um email da Cláudia sobre a
89 possibilidade de prorrogarmos um número de horas para consultoria. Eu preferi conversar
90 com o Conselho antes de qualquer decisão, de um lado para que eu pudesse
91 compreender um pouco melhor qual é a intenção desse grupo, que está renovado,
92 diferente dos que participaram do trabalho. Eu gostaria de complementar, mostrando no
93 que consistiu o trabalho, quais foram os movimentos que fizemos, também apontando as
94 questões que ficaram pendentes de uma decisão. Então, apenas para recapitular. Eu
95 deixei um documento em 19 de dezembro, no qual esse documento pudesse ser
96 distribuído ao grupo. Eu acho importante um relatório desse trabalho. E apenas para
97 recapitular, nós fizemos um total de 26 horas técnicas, 08 encontros, 05 de turnos
98 inteiros, onde 03 foram de reunião plenária, chamado de “seminário de estudos”. Nós

99 começamos a entrar nas atribuições do Conselho como uma especificidade do conjunto
100 das atribuições, que é de deliberar a política pública. A atribuição está no estatuto, de
101 registrar as entidades e de inscrever os programas de atendimento. Bom, ficamos
102 refletindo e discutindo toda essa questão conceitual, fazendo uma leitura crítica da 55.
103 Nós entendíamos que deveríamos tratar primeiro da 55, porque a 50 era um mero
104 desdobramento. A partir disso passamos para as comissões, fizemos diversas reuniões
105 sobre essa complexidade. Foi algo extremamente rico, inclusive, para mim, pela
106 experiência dos conselheiros que têm uma visão social, é o que está na ponta e enxerga.
107 Bom, nós caminhamos para a definição. Eu vou expor outro formato, Carolina, outro
108 formado do que encaminhamos. Na reunião de dezembro, dia 12, com todos os
109 conselheiros, levamos a discussão dos pontos que deveriam estabelecer consensos
110 mínimos, para a partir disso dar a versão final da resolução. Nessa reunião a decisão foi
111 de que o colegiado transferisse a decisão para a reunião de 19 de dezembro, aí não sei o
112 que foi decidido. Era o final de uma gestão, nós tínhamos consciência, era focado
113 sempre era um período de transição, que seria importante respeitar o futuro conjunto de
114 conselheiros que viria, que nós estávamos criando os alicerces necessários para uma
115 futura decisão. Tem alguns pontos que ficaram. Ante, falando da minha função, foi pedido
116 o meu auxílio, que, inclusive, deixa claro que houve um compromisso de remuneração
117 dessa consultoria. Eu, particularmente, há muitos anos tenho o entendimento de que os
118 trabalhos técnicos devem ser remunerados e eu não estou fazendo isso a partir do meu
119 interesse, acho que qualquer trabalho técnico não pode ser gratuito. Por quê? Porque na
120 área da saúde, da educação, no campo da política pública, na arquitetura, na engenharia,
121 porque a área social tem que trabalha de graça. Então, no meu ponto de vista é até uma
122 valorização dos profissionais. Quer dizer, parece que a assistente social tem que
123 trabalhar de graça, o engenheiro nunca pensa nessa hipótese, muito menos o contador.
124 Então, eu acho que é uma questão de valorização dos profissionais que prestam esses
125 serviços. Portanto, a metodologia que me pediram foi muito mais participar das reuniões
126 do que assumir a responsabilidade de redigir um documento, aí a consultoria teria outro
127 viés. A minha era muito mais de acompanhar, dar meus pontos de vista, que não devem
128 ser predominantes. Eu não me cooco na condição de dono do saber, nós estamos em um
129 processo de construção. Eu acho que nós avançamos na questão do marco conceitual e
130 jurídico, avançamos na compreensão das atribuições do Conselho, no que se relaciona
131 ao controle social e público sobre as entidades não governamentais e sobre os
132 programas de atendimento em regime, tanto governamental como não governamental.
133 Em relação ao registro das entidades, na avaliação o grupo chegou a um certo consenso
134 que hoje o registro da entidade no CMDCA depende da execução ou não do programa
135 de atendimento. Ou seja, se faz o registro sem saber se essa entidade vai desenvolver o
136 atendimento. Uma das questões que desenvolvemos é estabelecer essa conexão entre
137 programa e entidade não governamental. Por quê? Senão o conselho estaria avocando
138 uma legitimidade, autorizar ou não, o funcionamento de entidades não governamentais
139 que não atua na área da criança e da juventude, que não trabalham (Inaudível). Bom,
140 essa foi uma reflexão, é uma questão complexa. O principal motivo para as entidades
141 virem se registrar no CMDCA é porque o Fórum de Entidades exige isso, o segundo
142 motivo é porque há convênios que precisam ter registro. A pergunta foi – por que se exige
143 quando a entidade não precisaria enquanto condições? Por que nós não lhe damos a
144 condição? Por que a entidade não governamental para ter acesso aos recursos do Fundo
145 precisa ter registro? Porque está escrito lá. E por que não se muda essa regra? Eu acho
146 que essa questão, o Fórum de Entidades, as creches, podem muito bem participarem do
147 Fórum de Entidades sem ter registro. Não é? Agora, se eu condiciono que elas participem
148 no CMDCA a um registro, estou limitando o número de entidades que podem acessar ao

149 Conselho de Diretos. Estou criando uma especificidade. Eu sempre digo que o Conselho
150 de Direitos é supra conselhos, ele é transversal, porque dialoga com todas as políticas
151 públicas. Lógico, com foco nos direitos da criança. Ele não vai deliberar a política da
152 educação, mas está imbricado na definição, inclusive, do controle para que a política da
153 educação seja aquela que o Conselho deva entender. Essa é a questão fundamental.
154 Essa questão é estrutural, essa compreensão, porque o restante depende dela, que é a
155 questão da inscrição de entidades. Em relação à inscrição dos programas, nós
156 trabalhamos muito o conceito de programa em regime, apoio socioeducativo e aberto,
157 construímos um conceito e colocamos o SASE como um desvio conceitual, são
158 programas que criam problemas terminológicos. O socioeducativo é uma especificidade.
159 Ele cuida de uma minoria de adolescentes, isso é um problema sério e a gente volta ao
160 sistema anterior, onde a gente tem toda uma fundamentação para que não aconteça isso.
161 Ao não atendimento de uma criança ou adolescente não infrator eu cometo duas
162 injustiças, mas, principalmente, equiparar o não infrator ao atendimento prestado. Isso o
163 estatuto quis evitar, senão ficaríamos na mesma categoria. Tem toda a explicação aí. O
164 que falta? A discussão dos requisitos para inscrição de programas, o que nós vamos
165 exigir para uma entidade governamental, e quem tem que dizer isso é o Estatuto do
166 Conselho. Isso não pode ficar na ideia do conselheiro que vai avaliar o pedido de
167 inscrição, não pode. A inscrição nada mais é que um licenciamento, uma autorização a
168 funcionar, porque o Conselho sabe que tem as condições necessárias para
169 funcionamento, essa é a responsabilidade que o Conselho exerce. Esses são os pontos
170 mais importantes. Eu acho que neste momento, não vejo sentido em renovar essa
171 consultoria, eu não teria interesse nisso, quer dizer, se não houvesse uma clara
172 disposição de decidir as questões que estão pendentes. Eu não estou entrando no mérito
173 se a decisão é A ou B. se os conselheiros que não participaram do processo precisam
174 aprofundar a reflexão, a compreensão, para decidirmos questões que são estruturais, eu
175 me coloco à inteira disposição para renovar. A gente sabe que não é um tema fácil, mas
176 esse alinhamento é condição para a consultoria, porque temos visões e compreensões
177 diferentes, aí não constrói, a gente vai ficar na disputa. Essa seria a condição. Eu até me
178 sinto liberado da reunião aqui, mas fico à disposição. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL**
179 **- Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** A gente poderia também, eu vejo em vários
180 municípios, existe uma forma de resoluções de conselhos, um conjunto... Por exemplo, a
181 área da educação faz em conjunto com o Conselho da Criança, uma resolução em
182 conjunto com a assistência. A questão da saúde também, pode definir questões em
183 conjunto, porque a documentação que entrou lá não precisa entrar aqui. Ficaria um
184 formato único. **DR. AFONSO KONZEN:** Mas nós temos resoluções conjuntas, tem do
185 CONANDA com o Conselho da Saúde, assim como outras, é muito comum, é próprio.
186 **SR. JOEL LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo – ILEM:** Então, ninguém tem a
187 necessidade de se registrar no CMDCA, poderiam se registrar em outras instâncias? **DR.**
188 **AFONSO KONZEN:** Nenhuma necessidade, elas vêm porque querem ir para o Fórum de
189 Entidades ou querem a situação do Fundo. **SR. JOEL LOVATO - Instituto Leonardo**
190 **Murialdo – ILEM:** E qual seria o lado positivo de manter registro aqui? (Falas
191 concomitantes em plenária). **DR. AFONSO KONZEN:** Assim, por que o estatuto
192 estabeleceu o controle do conselho sobre essas entidades que cumprem medidas? Por
193 causa do Conselho Tutelar. Quer dizer, o pressuposto é que uma entidade que inscreve
194 um programa, ela se submete como retaguarda do cumprimento das medidas de
195 proteção. É por isso. A decisão de registrar é uma, a decisão de inscrever o programa é
196 outra. Se uma entidade se enquadra nos requisitos, vocês vão avaliar. **SR. JOEL**
197 **LOVATO - Instituto Leonardo Murialdo – ILEM:** Nós temos que ver isso e avisar o
198 Fórum de Entidades, porque se o Fórum de Entidades continua cobrando registro, isso

199 tem que ser uma coisa casada. (Falas concomitantes em plenária). **SR. ANDRÉ LUIZ DA**
200 **SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do**
201 **CMDCA:** Tem que mudar na lei. Todas as instâncias governamentais pedem esse
202 registro. **DR. AFONSO KONZEN:** O que os organismos querem é que o projeto seja
203 aprovado aqui por vocês. É isso. O que eles chamam de registro é uma prévia aprovação
204 nós da entidade, mas da proposta de trabalho. **SRA. OTÍLIA HENZ DE ABREU –**
205 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** E a responsabilidade é do conselheiro? **DR.**
206 **AFONSO KONZEN:** A responsabilidade é sempre do ente, no caso é do Município,
207 porque o Conselho é um órgão do Município. A defensoria jamais vai entrar com uma
208 ação contra o Conselho, vai entrar contra o Município, mas o Município tem via
209 regressiva. **SRA. OTÍLIA HENZ DE ABREU – Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:**
210 Aí contra os conselheiros. **DR. AFONSO KONZEN:** Contra quem autorizou. **SR. ANDRÉ**
211 **LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
212 **Presidente do CMDCA:** O Doutor tem que ir, já está mais que atrasado. Nós vamos ver
213 a questão da continuidade, essa direção a gente vai ter que fazer. **SR. ROGÉRIO**
214 **PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Konzen, antes de ir
215 embora. Queria pedir desculpas, porque o pagamento não saiu ainda. O
216 encaminhamento foi dado e não depende de mim. O que eu posso dizer? Estamos
217 fazendo os esforços para que tudo se resolva. **DR. AFONSO KONZEN:** Tudo bem. **SR.**
218 **ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
219 **Presidente do CMDCA:** Nós vamos ter uma reunião com o Fortunati e o Secretário
220 Busatto, vamos dizer que passamos por uma vergonha. Não é o procedimento normal.
221 **DR. AFONSO KONZEN:** Valeu! Um abraço. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
222 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Rogério,
223 pelas informações checadas, a culpa não foi da Fazenda, foi no Jurídico que rançaram o
224 pagamento dele. **SR. ROGÉRIO PORTANOVA LEAL - Secretaria Municipal da**
225 **Fazenda - SMF:** Eu falei com a Circe, de fazermos um roteiro para não dar problema no
226 próximo projeto, a gente ter um roteiro de como funciona, seguir e depois dar o início.
227 Teve trâmites que não foram cumpridos. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS –**
228 **Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Houve
229 outros momentos que alguns degraus foram pulados, dito pelo próprio pessoal da
230 Gerência e da Governança, mas no momento qual era o usual? Fazia o pagamento.
231 Realmente, degraus foram pulados, mas respondia uma sindicância, mas pagava,
232 pagava e depois respondia. O Jurídico não quis fazer, foi o inverso. Bom, nós temos que
233 avaliar agora. **SRA. CAROLINA AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do**
234 **Morro da Cruz - CAIMC:** isso não vai se encerrar agora, isso não é de agora, não é a
235 toque de caixa que vamos conseguir fazer assim. Como encaminhamento a proposta que
236 tenho é que a gente faça dois encontros de estudo com todo o grupo, com o Dr. Konzen,
237 onde ele vai colocar essas questões que ele citou, mas de forma mais aprofundada. O
238 estudo foi mais a fundo, em cima do Estatuto. É como ele colocou, nós temos que nivelar
239 a discussão. Eu entendo que a partir daí vamos conseguir tirar algumas deliberações.
240 Então, o meu encaminhamento é que o Konzen seja contratado... **SRA. OTÍLIA HENZ DE**
241 **ABREU – Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Ele quer a definição para continuar
242 o trabalho. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
243 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Ele não sabe se tem o tempo que nós
244 precisamos. Ele esqueceu de dizer aqui que tinha só até às 15h30min e olha a hora que
245 ele saiu. O tempo dele é extremamente apertado, ele me disse. E para continuarmos já
246 temos que tomar algumas decisões. Está posto, ou marcamos mais reunião para
247 discussão só desse assunto. Não temos que fazer nada correndo, mas não temos como
248 chegar em junho com isso, o limite seria maio com uma nova resolução. Nós temos a

249 necessidade de acertarmos o compasso, isso está posto. Nós temos que tomar algumas
250 decisões para continuar trabalhando com ele. **SRA. CAROLINA AGUIRRE – Centro de**
251 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:** Eu queria continuar falando. Na
252 gestão passada eu fui uma das pessoas que trouxe que o CMDCA, enquanto Conselho,
253 precisa de um reordenamento. Não é a Comissão de Reordenamento se organizar, é o
254 Consciente e organizar. Coisas simples. Uma das questões que o Gilmar muito dizia, os
255 números dos registros não são porque está na Micro 4 ou 5, o número ok, mas o número
256 que cabe naquela gaveta, não cabe mais na gaveta vai para outro número de registro.
257 Então, a gente tem tanta coisa para discutir dentro da 55, como todos os trâmites, se vai
258 ser a curto prazo, se vai ser a longo prazo, como vai se dar esse reordenamento, se vai
259 ser feita uma resolução para a implementação. Como é feito em qualquer lei, não se dá
260 prazo? Então, nós daremos prazo também e por aí vai, mas não tem como ser discutido
261 qualquer termo aqui se não estivermos como o Dr. Konzen se dispôs a fazer um
262 nivelamento para que a gente possa estar tomando as decisões. Ele foi bem categórico,
263 ele disse que poderia ter um nivelamento para depois nós tomarmos as decisões. Aí sim
264 ele vai ver se é possível ou não. **SRA. OTÍLIA HENZ DE ABREU – Secretaria Municipal**
265 **da Fazenda – SMF:** Ele quer ver o tamanho do comprometimento. **SRA. CAROLINA**
266 **AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:**
267 Exatamente. Se eu estivesse chegando agora não Conselho não me sentiria nenhum
268 pouco à vontade para discutir um assunto que envolve a Cidade inteira. André, não é em
269 duas reuniões que vamos conseguir e não é a toque de caixa que vamos discutir.
270 Acredito que sem o nivelamento é trabalho perdido. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS**
271 **– Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Carol, a
272 nossa proposta e continuo dizendo, nós temos pressa em fazer, ninguém quer correr.
273 Agora, a nossa proposta era no mínimo iniciar o nivelamento e não conseguimos, porque
274 não tivemos, tivemos que correr para pegar o Power Point porque o material não foi
275 entregue na mão de todo mundo. Nós deixamos claro que era para entregar e todo
276 mundo poder se apropriar desse material. **SRA. CAROLINA AGUIRRE – Centro de**
277 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:** Então, que cobre da pessoa que
278 tem que fazer o trabalho... **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos**
279 **Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Está bem. **SRA. CAROLINA**
280 **AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:** Porque se
281 a pessoa foi designada – “Dalva, tu tens que fazer o xerox”, se a Dalva é a pessoa
282 competente dentro deste conselho, a Dalva quem deve fazer esse trabalho. Se a Cláudia
283 é a pessoa competente, a Dalva tem que fazer um trabalho redobrado. **SR. ANDRÉ LUIZ**
284 **DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente**
285 **do CMDCA:** Ok, vamos fazer a cobrança. Quero dizer o seguinte, quando assumimos a
286 gestão a Nelcinda ficou de pegar contigo esse material para que tu nos passasses. **SRA.**
287 **CAROLINA AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz - CAIMC:**
288 A Dalva tinha... **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da**
289 **Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** É diferente, Carol. A Nelcinda ficou de
290 conversa contigo, porque disse que tu tinhas todo esse material. Tinha mais gente nessa
291 reunião, ela ficou de falar contigo e tu nos repassar, mas não aconteceu. Fora isso,
292 começaram as reuniões, vocês deram alguns passos, mas quando maçamos a
293 extraordinária nós dissemos para que era a reunião. No momento que em dissemos para
294 que era, para se apropriarem dos dados, a comissão ficou de pegar o material e
295 repassar. Vocês fizeram esse material que foi apresentado. Se vocês chegaram:
296 “Cláudia, tira Xerox. Quem vai apresentar?” Isso não foi decidido. Quando a gente
297 marcou a extraordinária ficou da comissão fazer uma apresentação de todo trabalho até
298 agora para o resto se apropriar. Era essa a proposta, Dalva, da gente ver o Konzen. Era

299 apresentar o que foi feito para a gente identificar onde seguir o trabalho, isso está posto.
300 De novo, ou apresenta um conjunto de material para os conselheiros, ou apresenta em
301 Power Point, por isso cheguei perguntando. Quando eu digo que é ligeiro a gente não
302 pode seguir assim, são dois anos, Jorge. Vamos seguir discutindo ou vamos colocar um
303 norte. Nós somos um Conselho que precisa rever os pontos, somos, mas a gente não
304 pode deixar indefinidamente. Vamos tocando. Eu quero dizer, não participei do GT antes,
305 mas ouvi vocês aqui. A gente tinha que repassar por email e marcamos reuniões do
306 plenário para que a gente chegue... Se tiver que ser 10 reuniões, nós temos que fazer,
307 porque nós temos que chegar a um ponto. Se é uma reunião, dez reuniões, nós temos
308 que definir, não dá para dizer: "Vamos tocando". Vamos ver um lugar, uma estrutura,
309 vamos fazer isso, mas vamos ter que colocar. Quando eu digo para fazermos em um
310 mês, dois meses é para ir tocando. Dalva. **SRA. DALVA FRANCO – Instituto Pobres**
311 **Servos da Divina Providência – IPSDP:** Presidente, a pauta seria o levantamento do
312 número de encontros com o Dr. Konzen, mandar o email, que eu passei na hora para a
313 Cláudia, passar o material para os conselheiros (slides e atas) do que tinha do ano
314 passado, porque ela já tinha esse material. Isso eu passei por email para ela. Em 18 de
315 março a comissão se reuniu aqui, fizemos encaminhamentos e um deles eu fiz na hora
316 para a Cláudia passar esse material. Eu vou procurar o email e lhe passar. **SR. ANDRÉ**
317 **LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
318 **Presidente do CMDCA:** Cadê a Cláudia? **SR. CARLOS FERNANDO SIMÕES FILHO –**
319 **Secretaria Municipal de Política e Governança Local – SMGL:** Ela tem uma viagem
320 agora, às 19 horas, está preparando o material para sair. Ela tem que ir para o aeroporto,
321 foi convidada pelo Conselho de Florianópolis para fazer um trabalho. Ela retorna depois
322 de amanhã. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
323 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Luiz, nós temos aqui uma fala da Conselheira
324 que teve a reunião do GT Resolução, onde foi tirado um encaminhamento, não sei quem
325 estava, mas para a Cláudia fazer tais atividades. Assim como teve no passado com a
326 Conselheira Nelcinda fazer contato para a Carol fazer o repasse. Bom, então, tem que
327 tratar com a Cláudia porque não foi repassado. Depois disso, Jorge, nós marcamos a
328 extraordinária e acertamos que faríamos um trabalho. (Falas concomitantes em plenária).
329 **SRA. CAROLINA AGUIRRE – Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz -**
330 **CAIMC:** A Cláudia passou algumas coisas Poe email, eu pelo menos recebi. Fio o email
331 que eu abri agora ali. Não sei quem recebeu, mas eu tive acesso. **SRA. OTÍLIA HENZ DE**
332 **ABREU – Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Presidente, na comissão não são
333 quatro, mas estamos em, quatro. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação**
334 **dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Eu sei. Por isso que eu
335 digo, a comissão estava aberta, tem que agregar mais gente. Tem pessoas que estavam
336 e não são mais conselheiros. Nós vamos ter que discutir isso junto. **SRA. OTÍLIA HENZ**
337 **DE ABREU – Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É uma responsabilidade muito
338 grande para ficarmos só com quatro conselheiros. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS**
339 **– Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Até a
340 gente retomar o caminho a discussão vai ser no coletivo, em plenária. **SR. ANDRÉ LUIZ**
341 **DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e Presidente**
342 **do CMDCA:** Bom, encaminhamentos. A gente liga para o Konzen, vamos ver a questão
343 do nivelamento, o que ele quer. Também não é como a gente quer. **SRA. OTÍLIA HENZ**
344 **DE ABREU – Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Se ele não aceitar vamos ter
345 que nos reunir, o grupo das quatro, e levar a Cláudia Lopes junto, depois apresentar. **SR.**
346 **ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
347 **Presidente do CMDCA:** Mas vocês tem todo o material de vocês, mais o dele. **SRA.**
348 **OTÍLIA HENZ DE ABREU – Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas não é fácil,

349 André! **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
350 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Só um pouquinho. O Carlos. **SR. CARLOS**
351 **FERNANDO SIMÕES FILHO – Secretaria Municipal de Política e Governança Local –**
352 **SMGL:** O próprio grupo do CMDCA traz e banca. O que está parecendo também, a gente
353 está protelando uma definição. Assim, nós, não estou culpando ninguém, estou junto no
354 barco. Nós estamos protelando uma definição. O grupo que está aqui traz, apresenta e
355 acabamos. Eu adoro o Konzen, respeito muito ele, mas acho que já passou do tempo
356 dele, nós temos que definir. **SRA. OTÍLIA HENZ DE ABREU – Secretaria Municipal da**
357 **Fazenda – SMF:** Mas ele não quer tomar decisão. **SR. CARLOS FERNANDO SIMÕES**
358 **FILHO – Secretaria Municipal de Política e Governança Local – SMGL:** Não é isso
359 que eu estou dizendo, é em relação a nós. Nós temos o CMAS que a pouco passou por
360 um reordenar, teve que se modificar e se adequar a uma tipificação e hoje define, as
361 entidades têm prazos, deu, deu, não deu, está fora. Esse é um problema nosso de muitos
362 anos, a gente protela também essa questão com as entidades. A gente tem que começar
363 a definir. Eu convidaria a Diva, a assessora técnica do CMAS, para vir aqui e apresentar o
364 modelo deles, senão não tem como dar conta dessas entidades. E muitas que estão lá
365 estão aqui. Nós estudamos outras resoluções, de Curitiba, Rio, Cuiabá, as resoluções
366 são bem simples em relação a nós, bem simples. **SR. JOEL LOVATO - Instituto**
367 **Leonardo Murialdo – ILEM:** Eu entendi que a discussão é em cima de registro e
368 inscrição de programa. Ele deu entender que não dá para tirar os registros, mas isso
369 pode ser resolvido entre nós, vamos trabalha em cima do resto, se for o caso chamamos
370 o Konzen. **SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila**
371 **Mato Grosso e Presidente do CMDCA:** Mas é isso que ele quer. **SR. JOEL LOVATO -**
372 **Instituto Leonardo Murialdo – ILEM:** Então, é o encaminhamento e vamos tocar. **SR.**
373 **ANDRÉ LUIZ DA SILVA SEIXAS – Associação dos Moradores da Vila Mato Grosso e**
374 **Presidente do CMDCA:** Então, pessoal, nós temos o material da Carol, do Konzen,
375 vamos fazer um trabalho nosso, a partir daí vamos abrir a porta. Entendeu? Nós temos
376 que decidir. Sugestão, quarta-feira que vem temos plenária, segunda-feira temos outra
377 extraordinária. Vamos garantir duas coisas. Luiz, do Konzen está aqui, o material das
378 gurias está aqui, manda para todos os conselheiros. Outra coisa, deixa o material
379 impresso para todos aqui. É a última versão da Carol e do Konzen, Luiz. Deixa um
380 conjunto aqui. Está bem, pessoal?

381

- 382 • Encerram-se os trabalhos e os registros taquigráficos às 16 horas.

383

384 *Taquígrafa: Patrícia Costa da Silva*385 *Registro nº 225257/2003 - FEPLAM*386 *TG Tachys Graphen – CNPJ 10.133.150/0001-07.*

387